

Mulheres idosas produzem audiovisual: educomunicação e velhice em ressignificação

Audiovisual by elderly women:
eduo communication ang resignifying old age

Marta Kawamura Gonçalves

Universidade Federal de São Carlos
martakawamura@gmail.com

Aida Victoria Garcia Montrone

Universidade Federal de São Carlos
montroneufscar@gmail.com

Resumo

O aumento da longevidade humana no Brasil colocou em curso um processo de reformulação das formas de viver, perceber e gerir o envelhecimento. Uma parcela da população idosa, sobretudo a feminina, reconhece a chamada *terceira idade* como uma nova fase da vida, oportuna para cuidar de si e viver novas experiências. Um dos caminhos possíveis para compreender tal processo de ressignificação da velhice é pesquisar junto a pessoas idosas que, coletivamente, procuram ler sua realidade, elaborar e pronunciar seus discursos. Este artigo apresenta reflexões referenciadas em Paulo Freire, Grácia Lopes Lima, Guita Grin Debert e Maria Cecília Minayo, geradas no estudo de caso realizado com mulheres idosas participantes de uma oficina de vídeo. Os dados foram coletados por meio de observação participante e anotações em diário de campo, com o objetivo de compreender a forma como as mulheres se apropriaram da comunicação audiovisual e que significados elas atribuíram à experiência. A pesquisa permitiu concluir que as mulheres, a partir de suas experiências pessoais, são fortemente motivadas a positivar a imagem da velhice e encorajar outras pessoas idosas a aproveitar bem esta fase da vida. Ficou evidente que vivências baseadas na produção coletiva de comunicação tendem a desencadear processos educativos diversos que fortalecem, individual e coletivamente, as pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Educomunicação. Envelhecimento. Mulheres. Vídeo popular.

Abstract

The longevity increase of the Brazilian population is changing the perspective of ways of living, understanding and managing the aging process. Part of the elderly population, in particular women, acknowledge the "third age" as a new phase of life, when it is time to take care of themselves and live new experiences. One of the possible ways to research regarding this aging phase redefinition is by conducting workshops directly with them, as they collectively seek to read their own reality, understand and pronounce in their speeches. Some reflections generated in a case study conducted with elderly woman using a video workshop tool are presented in this article, based on Paulo Freire, Grácia Lopes Lima, Guita Grin Debert and Maria Cecilia Minayo. The data was collected through participant observation for understand how the participants have appropriated of the audiovisual communication and the respective meanings attributed to this experience. The research showed that women are strongly motivated to make a positive image of the aging process and they encourage other older people to make a good use of this time of life. It was evident that experiences based on the collective production of communication tend to result in various educational processes that strengthen the people involved from the individual and collective perspectives.

Keywords: Educommunication. Aging. Women. Popular video.

Mulheres idosas produzem audiovisual: educomunicação e velhice em ressignificação

A experiência contemporânea do envelhecimento

Como percebemos a velhice? Seja no âmbito das subjetividades, seja nas diferentes abordagens teóricas a respeito deste tema, coexistem diversas imagens e formas de compreender o processo de envelhecimento. Uma percepção recorrente entre as reflexões teóricas é que não se pode olhar para a velhice como um todo homogêneo, pois ela apresenta-se efetivamente como um mosaico complexo de velhices. A experiência do envelhecer e, por consequência, as identidades construídas não cabem em um só nome, não são representadas por um símbolo único e devem ser encaradas em sua multiplicidade (WHITAKER, 2007).

De modo geral, é absolutamente diferente envelhecer no campo ou na cidade; numa família rica ou numa família pobre; ser homem ou ser mulher; ter tido um emprego e se aposentar ou ter vivido apenas em atividades do lar ou informais e viver de forma dependente. Como para a população em geral, as categorias mais estruturantes da forma de envelhecer são a classe social, o gênero, a atividade social (emprego, trabalho) e a sociabilidade familiar, comunitária ou até religiosa (MINAYO, 2006, p. 48).

Cabe notar que no Brasil, as pessoas são legalmente consideradas idosas quando atingem a idade de 60 anos, sendo esse corte etário definido pelo Estado¹. Diretamente relacionado à idade biológica, está o fim da fase considerada produtiva. Assim, o término do tempo em que a pessoa contribui para a produção de riquezas do país é outro fator que essencialmente define a velhice em nossa sociedade. Esse fato influencia diretamente na forma como a população não idosa relaciona-se com as pessoas idosas.

Muito embora sejam perceptíveis as mudanças no tratamento que a população idosa vem recebendo nos últimos anos, sob uma perspectiva institucional, com políticas públicas específicas e com uma atenção mais dedicada do setor de serviços, percebe-se, nos tensionamentos cotidianos, que envelhecer ainda é ter que lutar por seu espaço social e adaptar-se a uma condição de maior fragilidade, simultaneamente.

Whitaker (2007) defende que não apenas idosos, mas também “futuros idosos”, precisam mobilizar-se para criar uma sociedade que proporcione dignidade a todos, especialmente aos idosos. Segundo a autora, boas condições para enfrentar a velhice são estabelecidas quando se tem alguma segurança financeira, pois a velhice traz

necessidades novas. A autora lembra ainda que, para a pessoa idosa, espaços como o trânsito, as calçadas e as praças são hostis, pois oferecem perigos como bicicletas, cães, degraus e buracos e acabam negando-lhe o direito de ir e vir.

Segundo Lopes (2006), na sociedade pós-industrial em que vivemos, o anseio de felicidade traduz-se pelas aquisições externas, como bens materiais e boa forma física. Ao passo que envelhecer é ver a agilidade, os reflexos e a força física diminuindo. Assim como, ver o corpo desviar do padrão estético jovial e lembrar a todos da nossa incontornável finitude. Velhos e velhas passam então a assumir um lugar excluído, de modo que as representações negativas da velhice desestabilizam o velho enquanto sujeito.

Sabe-se que, no processo de envelhecimento, além das alterações no corpo, ocorrem alterações de ambiente, no que se refere à profissão, com a aposentadoria; à casa, com a saída dos filhos e à solidão, com morte de pessoas próximas. Tais alterações trazem situações novas que podem ser encaradas apenas como perdas, ou podem ser transformadas em oportunidade de inaugurar novas rotinas. “Conforme as condições de amparo econômico e/ou a demora para desenvolver novos projetos, a realidade se apresenta como mais ou menos desestruturante” (LOPES, 2006, p.93).

Complementando, com Minayo (2006, p.49): “Esta etapa pode ser, como experiência pessoal, o tempo da decadência, o tempo da dependência, o tempo do isolamento, o tempo do protagonismo ou o tempo do amadurecimento”.

É importante destacar que, nas últimas décadas, ocorreram mudanças significativas, de ordem social e cultural, no que se refere ao envelhecimento. O fato é que também vivemos hoje um período de reelaboração de experiências e ideias sobre o envelhecimento. Esse processo é fortemente impulsionado pelo aumento da longevidade e a reconfiguração demográfica por que passa o mundo, no sentido do envelhecimento populacional.

A expectativa de vida média no Brasil, que era de 60 anos de idade em 1980, subiu para 70 anos em 2000 e atualmente é de 74,08 anos, sendo maior entre as mulheres. As mulheres nascidas em 2013 têm expectativa de vida de 78,6 anos (IBGE, 2013).

Por um lado as pessoas estão vivendo mais tempo, e, por outro, a taxa de natalidade diminuiu. No Brasil, a população com 65 anos ou mais representava, no ano 1991, 4,8% do total da população, passou a 5,9% em 2000, e chegou a 7,4% em 2010 (IBGE, 2010). Significa dizer que no Brasil residiam em 2010 cerca de 14,11 milhões de pessoas idosas. Os demógrafos preveem que em 2020 o planeta terá 1,2 bilhão de pessoas idosas. Tal alteração na pirâmide etária da população repercute em diversos planos da vida social, uma vez que provoca “uma quebra cultural profunda num país acostumado a valorizar, prioritariamente, crianças e jovens” (MINAYO, 2006, p.48).

A universalização da Seguridade Social e a melhoria das condições de saúde trouxeram uma reconceitualização do curso da vida. A sua última fase deixou de ser residual, vivenciada por uma minoria, para ser uma fase de duração até maior do que a da infância e a da adolescência (CAMARANO, 2003, p. 59).

Na esteira de tais transformações, uma parcela da população que abarca a população idosa, gerontólogos e antropólogos, vêm discutindo o tratamento dado ao envelhecimento, buscando revisão de valores, de representações da velhice e, efetivamente, os papéis sociais que as pessoas idosas poderão assumir, na medida em que se tornem autores de sua existência. Para Minayo,

Cada vez mais os idosos continuam a mostrar seus anseios de viver saudavelmente, de contribuir com a sociedade, de participar ativamente nas esferas políticas, econômicas, culturais e defender seus direitos, exigindo reconhecimento, proteção e espaço de atuação (MINAYO, 2006, p.57).

Diante da visibilidade que o tema alcançou nas últimas cinco décadas, podemos enumerar consequências importantes como a institucionalização da aposentadoria pela previdência social, a criação da gerontologia como novo campo de conhecimento, a construção e efetivação do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e a criação de outras políticas públicas e programas sociais voltados para o atendimento desta parcela da população.

A forma contemporânea de abordar o envelhecimento, com a construção de imagens positivas, criação de políticas públicas de seguridade, criação de programas específicos de lazer e cultura, bem como a emergência de uma faixa de mercado específica, corresponde à adoção do termo *terceira idade* para tratar a população idosa.

Sua origem, conforme explica Debert (1999), vem da década de 1960, quando agências do mercado de previdência na França, em disputa por conquistar clientes, procuraram oferecer diferenciais como clubes, férias e outros atrativos para as pessoas idosas e deram os primeiros passos para a invenção da terceira idade.

Marques complementa essa contextualização acrescentando que

As várias mobilizações que ocorreram a partir da década de 1970 conferiram positivities à velhice, que antes não eram visibilizadas ou não tinham força discursiva. Envelhecer, a partir daí, simbolizava romper com um rótulo criado historicamente e que havia conferido invisibilidade a idosos(as) (MARQUES, 2009, p. 215).

A pesquisa que realizamos em São Carlos (SP), apresentada neste artigo, está inserida neste mesmo contexto de rejeição de rótulos que não servem mais e de esforços no sentido de dar visibilidade e positivar o processo de envelhecimento. Pesquisamos com um grupo de mulheres idosas que frequentavam atividades dirigidas à terceira idade em um Centro de Referência do Idoso. O centro, mantido pela administração municipal, é frequentado majoritariamente por mulheres. Considerando que não apenas neste espaço,

mas em tantos outros a presença feminina é mais marcante no processo de ressignificação da velhice, optamos por incorporar a especificidade de gênero em nossa pesquisa.

É interessante observar alguns traços específicos que definem trajetórias femininas no processo de envelhecimento. Uma parte das mulheres idosas de hoje, principalmente das classes mais empobrecidas, formaram-se em um contexto cultural que determinava a casa e a família como o lugar social possível para a mulher. Em sua maioria, elas não tiveram chance de se perguntarem: Quais seriam seus sonhos? De que maneira, para além da tarefa de manutenção da ordem familiar, desejariam influir no mundo? Deixaram tais questões para seus maridos e filhos, que historicamente assumiram a tarefa de cooperar para a edificação do futuro coletivo (BEAUVOIR, 1980). As mulheres priorizaram o casamento e formação da família, deixando de investir em outros projetos de vida ou colocando-os em segundo plano.

Por outro lado, as mulheres idosas de hoje acompanharam as relevantes mudanças culturais das últimas décadas. No esforço cotidiano, vêm afetando e sendo afetadas por elas, de modo que se percebem inseridas em um novo tempo. Objetivamente, ao chegarem aos 60 anos, já perderam a função reprodutiva, que constituiu uma importante identidade feminina durante toda a vida. Percebem-se entrando em uma nova fase, desobrigadas de parte de suas funções, como o emprego, no caso das que trabalharam fora de casa; o cuidado com os filhos, que já cresceram e constituíram novos núcleos familiares; e com o marido, no caso das que divorciaram ou ficaram viúvas. Além disso, as mulheres entram nesta nova fase da vida com a perspectiva de viver por mais tempo do que os homens².

Dessa forma, o envelhecimento representa, para grande parte das mulheres, o processo de abrandamento de cargas que precisaram sustentar ao longo de anos, que limitaram suas possibilidades de vivenciar e expressar sua individualidade na vida pública. Representa a oportunidade de reinventarem suas trajetórias e viver novas experiências. Debert aponta que

Para as mulheres, o envelhecimento significa uma passagem de um mundo totalmente regrado para outro em que se sentem impelidas a criar as próprias regras. O próprio do envelhecimento é vivenciar um processo de perdas indesejadas que tornam a independência e a liberdade possíveis (DEBERT, 1999, p.184).

A comunicação audiovisual

Outra característica marcante em nossa sociedade contemporânea é a imersão no ambiente das informações eletrônicas, no qual as tecnologias digitais de informação e comunicação passam a participar, de forma quase onipresente, da educação de crianças,

jovens e adultos de todas as classes sociais, interferindo na construção de valores e na forma de compreender o mundo.

O meio de comunicação de massa com maior poder de inserção em nosso país é audiovisual. Noventa e sete (97%) das unidades residenciais brasileiras possuem ao menos um aparelho de televisão (IBGE, 2010) e um número expressivo de residências possui mais do que um aparelho. O poder de penetração desse meio de comunicação é tal que em muitas residências rurais a televisão chegou antes mesmo da energia elétrica. E, cada vez mais, consumimos informação audiovisual em computadores e *smart phones*.

Alguns aspectos devem ser levados em conta ao olharmos para a relação da televisão com a educação. Em primeiro lugar, as empresas que operam os canais abertos de televisão no Brasil o fazem com concessões públicas. Embora utilizem o espectro eletromagnético, que é um espaço público, elas definem os conteúdos e formas da programação de acordo com seus interesses privados. Ao longo das últimas décadas, a televisão comercial brasileira, sob o controle de apenas onze famílias representantes da elite política nacional, vem ocupando espaço importante na formação de valores da população, promovendo toda sorte de desfavores à informação e ao desenvolvimento humano de nossa sociedade (INTERVOZES, 2007).

Na medida em que a venda de espaço para as propagandas comerciais representa uma fonte relevante de receita para os canais de televisão comerciais, os conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação de massa respondem aos interesses do mercado, de modo que funções desejáveis em um canal concedido pelo Estado, como a pluralidade de discursos e pontos de vista e a promoção de valores humanitários são sistematicamente preteridas.

É comum nesse ambiente a coisificação da mulher como objeto de interesse sexual ou prestadora de serviços domésticos. Pessoas idosas são frequentemente ridicularizadas, e só recentemente, a partir de muita mobilização social, a televisão vem reduzindo a violenta afirmação que fazia, de uma suposta inferioridade da população afrodescendente.

É importante ressaltar que não é a televisão, enquanto mídia, o alvo dessa crítica que fazemos, mas sim a instituição de poder que ela representa atualmente, ou seja, a forma como vem sendo utilizada: em serviço de interesses que desprezam as demandas por justiça social, cidadania, igualdade de oportunidade, respeito às diferenças e à liberdade de expressão, entre outros.

Diante de tal cenário, faz-se necessário pensar o papel da educação, não especificamente da escola, mas daquela que se faz na inter-relação entre os campos da educação e da comunicação. “Como educadores e educadoras progressistas não apenas

não podemos desconhecer a televisão mas devemos usá-la, sobretudo discuti-la” (FREIRE, 2009, p.139). É necessário refletir criticamente sobre a produção da comunicação, processo que não é nem pode ser neutro, pois sempre será feito em função de algum interesse, a favor ou contra algo ou alguém.

A leitura crítica dos meios de comunicação é um dos pontos de partida para as iniciativas que procuram estabelecer o diálogo entre os processos de conscientização e as tecnologias de comunicação, que ocorrem há muitos anos na América Latina, especialmente na prática de educação popular dos movimentos sociais.

Reconhecer a comunicação como o mais importante dos eixos transversais dos processos educativos foi, sem dúvida, o que garantiu o sucesso dos movimentos sociais em torno dos direitos das minorias, de um manejo sustentável da terra, do bem estar da infância e dos idosos, entre tantos outros temas (SOARES, s/d, p.3).

Historicamente, em perspectiva contra-hegemônica, cidadãos procuram apropriar-se dos meios para concretizar sua forma própria de fazer comunicação e difundir seu próprio ponto de vista acerca da realidade. Desde o advento dos equipamentos de vídeo, os mesmos foram utilizados por ativistas na Europa dos anos 1970 como instrumento de contrainformação, assim como na organização dos movimentos sociais da América Latina e na prática alcunhada de *vídeo popular*, forma de comunicação alternativa utilizada pelos movimentos populares no Brasil dos anos 1980 (SANTORO, 1989).

Mais recentemente, a popularização e miniaturização dos dispositivos de captação e edição de imagens e sons, bem como a ampliação do acesso à da rede mundial de computadores abriram novas possibilidades para a comunicação popular, facilitando a divulgação de conteúdos por quaisquer usuários, independentemente de classe social, escolaridade, idade ou região geográfica.

É neste contexto que vêm se formando grupos de vídeo popular, que estão nas periferias urbanas, nas aldeias indígenas, em coletivos de cultura popular, assim como nos movimentos por moradia, movimentos feministas, entre outros. Algumas características são comuns na produção destes grupos (ou coletivos, como alguns se denominam): as produções não tem finalidades comerciais, abordam temáticas sociais, são movidas por anseio de transformação social, são produzidas por não-especialistas e a organização interna aos grupos é horizontal, ou tende a isso.

Por um lado, temos que a comunicação é um direito universal cujo exercício deve ser buscado nas mais diversas esferas sociais. E consideramos que, fora da mídia comercial, pode ser utilizada em favor da dignidade humana, promovendo processos de conscientização, diálogo, informação e participação democrática.

De outro lado percebemos que, como outros grupos em desvantagem social, a população idosa dispõe de restritos espaços para se expressar nos meios de comunicação. Foi assim que procuramos pesquisar, junto a mulheres idosas que aprendiam a produzir vídeo, para compreender de que forma essas mulheres se relacionariam com essa prática e que significados atribuiriam a ela.

Mulheres idosas na produção audiovisual

A pesquisa que pretendemos descrever e discutir neste artigo está inserida nos estudos de processos educativos vivenciados em práticas sociais³. Parte-se do entendimento de que não apenas na “idade escolar” e não apenas nos espaços institucionalizados de educação, mas ao longo de toda a vida e em todos os lugares e situações em que as pessoas relacionam-se entre si e com o mundo, elas estão vivenciando processos educativos (OLIVEIRA, 2009).

A prática social em questão é a produção coletiva de vídeo por um grupo de mulheres (Malú, Nilva H. Nilva F, Zuleika e Cida, nomes verdadeiros⁴) que frequentam o Centro de Referência do Idoso (CRI) Vera Lúcia Pilla, em São Carlos. Nesse centro são oferecidas diversas atividades culturais para a população idosa de baixa renda, sendo a oficina de vídeo uma delas. Desenvolvemos, com as cinco mulheres participantes da oficina, um estudo de caso, com o objetivo de compreender a forma como as participantes relacionaram-se com a comunicação audiovisual: de onde partiam, como se apropriaram da possibilidade de fazer comunicação e que significados atribuíram à prática da produção coletiva de vídeos.

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de observação participante, no período compreendido entre abril e julho de 2012, com registros em diário de campo na convivência com o grupo, concentrando atenção às falas, ações, atitudes, e outras expressões das participantes do estudo, incluindo a expressão narrativa dos vídeos que criaram. Além dos registros escritos, recorreremos aos registros em vídeo, gravados durante os encontros.

Das participantes, quatro eram maiores de 60 anos, usuárias dos serviços do CRI e buscavam, neste e em outros espaços, estabelecer e manter relações de amizade e cuidar de sua saúde. Uma das participantes não tinha completado 60 anos na ocasião e é professora de dança no CRI e em outros centros comunitários da cidade.

Os encontros da oficina ocorriam uma vez por semana e duravam aproximadamente duas horas. O objetivo da atividade era que as mulheres aprendessem a utilizar o

audiovisual para expressarem suas ideias, criando e produzindo vídeos que seriam publicados na *internet* e exibidos em outros espaços.

A abordagem dialógica esteve fundamentada na Educomunicação, que entendemos como um campo de saber e fazer que, promovendo educação por meio da produção coletiva de comunicação, possibilita que as pessoas envolvidas nesta prática desloquem-se da posição de espectadores para posição de autores de seus discursos (GONÇALVES, 2013).

A condução da atividade foi inspirada na metodologia *Cala-boca já morreu*, que adaptamos ao nosso contexto e objetivo. Essa metodologia foi desenvolvida por integrantes do Instituto Gens (São Paulo-SP), na perspectiva da Educomunicação, e está descrita em LOPES LIMA (2009).

As perspectivas da metodologia, *Cala-boca já morreu* que trouxemos de forma mais central na interação com as mulheres do CRI foram:

- Dialogicidade e horizontalidade - todos participantes são responsáveis pelo trabalho comum e a opinião de cada um é igualmente importante, sem hierarquias. A produção coletiva requer o diálogo e a colaboração, promovendo o exercício de escuta de si e do outro, além do pensar crítico.
- O processo é mais importante do que o produto - uma vez que o objetivo central do trabalho é a formação das pessoas envolvidas, o processo de trabalho do grupo, com a vivência que ele proporciona, se faz mais importante do que o produto final da produção. Acima da preocupação com a qualidade técnica ou o acabamento da peça de comunicação produzida pelo grupo, é prioritário promover um espaço no qual as pessoas se expressem com liberdade, discutam suas ideias, e avaliem o próprio processo.
- Criação coletiva - na criação coletiva todas as pessoas contribuem, cada uma colocando um pouco de si na obra. O indivíduo vê sua ideia ser somada, misturada e transformada na interação com as ideias dos demais. Ao final do processo a obra é de todos(as) e todos(as) reconhecem-se nela.
- Criticidade - a leitura crítica da realidade é parte do processo de conscientização, por meio do qual o ser humano se reconhece como sujeito histórico. Esse exercício é buscado ao longo de todo o processo na perspectiva da educomunicação.

Dessa forma, durante a oficina, as participantes discutiram sua experiência prévia com o audiovisual, elegeram e discutiram os temas que desejavam abordar, criaram coletivamente os roteiros, operaram equipamentos de áudio e vídeo, entrevistaram,

interpretaram personagens, compuseram paródias, selecionaram cenas e áudios para a edição, discutiram a exibição de seus trabalhos e avaliaram o processo e os produtos da oficina.

A oficina iniciou com um diálogo sobre a televisão, o meio audiovisual mais presente no cotidiano das participantes. As participantes mostraram comportamentos distintos em relação à televisão: uma delas prefere ouvir rádio e conversar com as vizinhas a assistir televisão, buscando, quando isso acontece, apenas programas informativos e filmes. Outra acompanha programas culinários, religiosos, programas de jogos e informação sobre a vida das personalidades famosas. Na casa de uma delas, a televisão fica ligada o tempo todo, exibindo principalmente as novelas à noite e filmes à tarde. Ao longo do diálogo, ficou claro que, por um lado a televisão distrai, diverte e faz companhia. Por outro, determinados conteúdos e formas da programação exibida não satisfazem plenamente as participantes.

Duas delas declararam não gostar de ver os noticiários, por apresentarem notícias ruins, tragédias e violência em excesso, sendo que essa representação não corresponde exatamente à realidade. Em seu entender:

Malú: *Mas acho que eles complicam mais do que é, né? (...) Devia passar uma coisa diferente, né?* (Transcrição de vídeo)

Malú não fica satisfeita com o que está sendo exibido, pois percebe o problema de distorção na representação televisiva. No contexto de sua fala, temos que *Do que é*: é a realidade, o mundo, amplo e diverso, do qual fazem parte distintos recortes internacionais, nacionais, mas também locais. O bairro em que ela vive, a comunidade da qual faz parte, o contexto sociocultural em que está inserida, são importantes para ela, mas não aparecem no noticiário.

Vale lembrar que os conteúdos dos noticiários exibidos na televisão comercial, muitos deles carregados de sensacionalismo, são gerados a partir das três capitais onde estão concentrados o poder político e econômico do país - Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília - e transmitidos para todo o Brasil, grande e diverso. O noticiário regional em São Carlos, de uma empresa afiliada à Rede Globo, também é definido por um editor, que atende a um padrão ditado pela empresa à qual presta seus serviços. Ou seja, mesmo sendo produzido localmente, não se configura como um espaço de comunicação com permeabilidade para a participação da comunidade local. Nos ajuda a entender Bordenave, quando afirma que

[...] da enorme quantidade de fatos e situações que a realidade contém, os meios selecionam só alguns, os decodificam à sua maneira, os combinam entre si, os estruturam e recodificam formando mensagens e programas, e os difundem, carregados agora da ideologia, dos estilos e das intenções que os meios lhes atribuem (BORDENAVE, 2002, p.80).

Nesse sistema de comunicação, unilateral, as participantes da pesquisa, como os demais cidadãos e cidadãs comuns, não são mais do que receptores de conteúdos.

Em sua fala, Malú demonstra intuir que a programação poderia ser melhor. Não exemplifica, no momento dessa fala, quais *coisas diferentes* poderiam ser apresentadas. Mas, criando e produzindo vídeos com as suas colegas, ela se dá a oportunidade de criar uma *coisa diferente* que a televisão poderia mostrar: a vivência de mulheres idosas na ressignificação da velhice, elaborando suas imagens, expondo para quem quiser ver, o seu olhar sobre a realidade. Os temas que ela e suas companheiras escolheram tratar nos vídeos que produziram, diziam respeito diretamente ao seu cotidiano.

Em outra ocasião, assistimos e discutimos alguns vídeos de coletivos populares. Nilva H, remetendo-se especialmente à reportagem “Bloco do Direito à Comunicação”⁵, fez a seguinte reflexão:

[...] *nós não somos ninguém importante. Nós somos apenas pessoas e não somos aquela pessoa especializada lá, um especialista da TV que tá lá, ele sabe fazer aquilo lá. Mas com certeza, cada um de nós sabemos colocar de alguma maneira aquilo que é nosso.* (Transcrição de vídeo)

As mulheres do CRI, como os demais envolvidos nos grupos de vídeo popular, não precisam ser *especialistas* em audiovisual, para produzirem vídeos. Com o auxílio de pessoas com conhecimento técnico, elas conseguem expressar, de forma autêntica, as questões mais significativas para si.

No caso do vídeo informativo-musical que as mulheres do CRI produziram, “Calçadas para todos?”⁶, sobre a situação ruim dos passeios públicos da cidade, as participantes dedicaram-se a uma pauta que não é abordada com frequência pela mídia, mas que lhes toca diretamente. As calçadas com degraus, buracos e outros obstáculos dificultam a circulação de pessoas com menor condição de mobilidade, tais como idosos, deficientes visuais e cadeirantes.

Dessa forma, elas se apropriaram da comunicação audiovisual para manifestar sua insatisfação com uma situação pública e pedir soluções. Ao concluírem a produção, Nilva H quis que o vídeo fosse exibido em diversos espaços e canais, para atingir o maior número possível de pessoas. Registramos:

Nilva H defendeu que terminassem o vídeo das calçadas pra inscrever no evento (Mostra de vídeo popular)⁷. Defendeu com convicção que esse vídeo é uma contribuição importante que elas estão dando para a cidade. (Diário de campo)

Além da exibição na mostra de vídeo, Nilva H providenciou que fosse exibido em reunião no Conselho Municipal do Idoso e divulgou o vídeo na *internet*.

Ao produzir “Alô galera, vamos lá!”, ficção sobre uma senhora que não faz atividades físicas e não frequenta ambientes de sociabilização, elas mais uma vez tomaram a produção audiovisual como meio para ajudar a melhorar a qualidade de vida da população idosa, pois quiseram sensibilizar as pessoas idosas para buscarem atividades que lhes proporcionariam saúde e bem estar.

As percepções que as participantes têm de sua prática, bem como a forma como fazem uso da comunicação audiovisual, a partir do exposto acima, podem ser compreendidas no contexto atual do vídeo popular no Brasil.

Em primeiro lugar, temos a percepção, levantada por Nilva H, de que a produção audiovisual não é atividade exclusiva de pessoas especializadas, ou *importantes*. Tal distinção não seria justa, numa perspectiva democrática, pois as mulheres do CRI, como cidadãs, têm direito à comunicação.

A evolução da tecnologia de produção e reprodução de imagens em movimento, que tem como importante marco o advento do vídeo digital e a possibilidade de edição de vídeo em computadores pessoais, transforma as possibilidades do fazer audiovisual e amplia significativamente o acesso à produção (VICENTE, 2010).

Além disso, a *internet* vem possibilitando que cidadãos e cidadãs comuns, publiquem suas peças de comunicação, sejam elas vídeos, fotos, músicas e textos, disponibilizando-as para acesso de qualquer pessoa, configurando um espaço alternativo de comunicação. Esse é o contexto em que muitos grupos de vídeo popular vêm se formando para produzir comunicação. Segundo Vicente (2010), pode-se dizer que estamos vivendo uma retomada do vídeo popular, prática que se fez muito presente, sobretudo na década de 80, junto aos movimentos populares em diversos países da América Latina.

Embora as produções de grupos independentes hoje não estejam direta e restritamente vinculadas a movimentos sociais organizados, como na década de 80, elas guardam características comuns: são necessariamente vídeos com intencionalidade política, sem finalidade comercial e realizados coletivamente, não necessariamente por especialistas. Nesse sentido, escreve Vicente, na Revista do Vídeo Popular

O vídeo popular precisa ser entendido com essa função social-popular, a nosso serviço, o povo. Dando visibilidade àquilo que anda esquecido pelos grandes meios de comunicação. A tecnologia precisa cumprir uma função social (VICENTE, 2010, p. 06).

A pauta colocada pelas mulheres idosas, sobre os obstáculos das calçadas, reflete exatamente essa função social, afinal os vídeos feitos pelo povo dão visibilidade aos saberes e anseios do povo. É uma comunicação capaz de mostrar aquilo que o povo vê e conhece bem, porque está bem debaixo de seus pés, porque lhe toca diretamente, porque

lhe rouba a dignidade. E o povo precisa ter meios para expressar essas questões, tanto assim que quando tem a oportunidade, opta por utilizar a comunicação dessa forma. O saber yorubano diz que *“Enquanto os leões não tiverem seus contadores de história, as histórias de caçada glorificarão os caçadores”* (Provérbio yorubano).

Além do exposto até aqui, as participantes revelaram outra contribuição que a prática do grupo de vídeo poderia trazer, no sentido da ressignificação da velhice, especialmente de mulheres: mostrar que elas continuam ativas e capazes para fazer uma série de coisas, inclusive produzir comunicação audiovisual. Assim se expressa Nilva F, contente após seu primeiro dia de gravação, no qual as mulheres operaram os equipamentos de gravação de vídeo: *“Tá vendo que a gente também sabe fazer as coisas? A gente sabe pilotar muito mais do que fogão (risadas)”*. (Diário de Campo) Em sua fala, Nilva F formula uma resposta bem humorada para a violenta expressão *“Vai pilotar fogão!”*, que, segundo sua colega Zuleika, ainda hoje é dita para as mulheres no trânsito.

A pessoa que pronuncia tal agressão está dizendo, para a mulher que dirige um automóvel, que a via pública não é lugar para ela e que ela não tem o direito de estar ali, pois o lugar dela, supostamente, é dentro de casa, fazendo as funções domésticas. Também diz que a capacidade da mulher é limitada, pois ela não é capaz de aprender a pilotar um automóvel e só pode aprender a pilotar o fogão. Se a motorista é idosa, ela é ainda mais discriminada no trânsito, pois em geral a pessoa idosa, ciente da redução de seus reflexos e agilidade, dirige mais prudente e lentamente.

As participantes da pesquisa nos trazem evidências de que a mulher idosa necessita mobilizar forças internas consideráveis para estar nos espaços públicos, onde enfrenta obstáculos físicos, preconceitos e rejeições. Ela precisa afirmar-se em uma sociedade que não lhe reserva espaço.

No entanto, encontrando possibilidades de enfrentar os preconceitos sofridos, as participantes sentem-se fortalecidas. Nota-se que Nilva F demonstra perceber, no trabalho do grupo de vídeo, um mecanismo potencial para fazer esse enfrentamento, pois sua atuação poderia levar os mais jovens e os homens a enxergá-las com outros olhos.

Cida também procura afirmar, especialmente para pessoas externas ao grupo, que mulheres idosas podem apropriar-se das tecnologias audiovisuais. Em depoimento gravado para a reportagem do programa Curta TV, da TV Brasil, sobre a oficina, ela coloca que *“Nunca lidei com esses equipamentos, eu pensei que fosse um bicho de sete cabeças, mas [...] consegui. Tou indo bem e cada vez quero aprender mais.”* (Transcrição de vídeo)

Ao longo do processo, elas percebem que é interessante comunicar para as outras pessoas, tanto as idosas como as mais jovens, que elas são capazes de aprender, criar e fazer, mostrando, também, que o envelhecimento é um tempo de aprender *coisas novas*.

Foi assim que, no depoimento para o Curta TV, diante da pergunta “E o que é mais gratificante?” Malú responde prontamente que é “*É viver e aprender sempre!*”, frase seguida por uma sonora gargalhada. Ela aproveita o espaço da televisão para comunicar sua alegria de viver e aprender, afirmando que aprender é um processo que dura a vida toda, e as pessoas não perdem a capacidade, nem o interesse em aprender com o avanço da idade.

Frequentemente, na imagem que as pessoas guardam da pessoa idosa, não cabe o uso das tecnologias digitais. Principalmente quando a pessoa idosa em questão tem baixa escolaridade e renda. Na publicidade, recentemente, idosos e idosas vêm sendo apresentados fazendo uso de computadores e *internet*, em uma estratégia de utilizar cenas inusitadas para chamar a atenção do consumidor.

A imagem da velhice apartada das tecnologias pode e deve ser desconstruída. Se nossa sociedade está cada vez mais permeada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, e diversas operações cotidianas dependem dessas tecnologias, é necessário promover a inclusão digital de todos cidadãos e cidadãs, de todas as idades. O acesso da população idosa ao mundo digital possibilita a sua integração social e o exercício de cidadania. A divulgação do trabalho do grupo é compreendida por elas, portanto, como uma forma de desmistificar a dificuldade que as pessoas idosas teriam com os eletrônicos.

Outro aspecto que sobressaiu em nossas observações foi a colaboração. *Co-laborar* vem do latim *laborare = trabalhar*, significando trabalhar com, trabalhar junto, ajudar. Inserida na perspectiva da educomunicação, a interação do grupo foi um constante *trabalhar junto*. Tendo compartilhado a todo o tempo o exercício de criação, assim como as decisões de produção, as participantes, envolvidas no processo, percebiam que o trabalho realizado, com suas qualidades e imperfeições, era fruto de uma construção coletiva, na qual cada uma podia reconhecer-se

É como eu já falei aqui, [...] cada uma dá uma ideia, todo mundo junto, e então sai aquela coisa maravilhosa. Cada um com a sua ideia. Aí você tem a sua, mas aí outra fala, melhor do que a da gente, e... - Zuleika, fazendo gesto juntando as mãos, como um encaixe. (Transcrição de vídeo)

Zuleika nos faz entender que na colaboração, a matemática é um pouco diferente da aprendida na escola: um mais um não é igual a dois, mas é maior que dois. A criação de uma pessoa é acrescida da ideia de outra, e ambas são potencializados nessa combinação. Ao final, as duas contribuições são mais do que a soma simples de duas partes. E os indivíduos, coautores, saem fortalecidos desse processo.

A forma como Malú descreve a prática de produção coletiva de comunicação que o grupo experimentou, ilustra esse fato: *É uma coisa assim inteligente. Uma coisa boa. Abre as cabeças da gente, diferente* (Transcrição de vídeo). A fala de Malú permite analisar que o seu pensar, em diálogo, se abre para o pensar de suas colegas, e novos pensamentos se formam, novas formas de pensar e compreender o mundo são possibilitadas.

Freire (2006) nos ajuda a lembrar que esta é justamente a essência da comunicação⁸. O autor defende que não há pensamento isolado, na medida em que não há ser humano isolado, abstrato, desligado do mundo, e que o ato de pensar o mundo (o objeto que mediatiza os seres pensantes) se dá na comunicação. Assim, formula o autor que

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', mas um 'pensamos'. É o 'pensamos' que estabelece o 'penso' e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação (FREIRE, 2006, p.66).

Com Freire vimos também que sujeitos históricos não se fazem no silêncio, mas na palavra. Essa palavra, no entender do autor, não pode estar destituída de seu sentido verdadeiro, que é a práxis. A *palavra verdadeira* é transformar o mundo, segundo o autor, pois é articulação de ação e reflexão, e com ela nos humanizamos uma vez que "Se é dizendo a palavra com que, *pronunciando*⁹ o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens¹⁰" (FREIRE, 2005, p. 91).

Analisando a vivência do grupo de mulheres, compreende-se que o processo de pronunciar a palavra verdadeira pode ocorrer com naturalidade na dinâmica de um grupo que se propõe a produzir comunicação na perspectiva da educomunicação.

A elaboração do vídeo "Calçadas para todos?" se fez com muito diálogo entre as participantes, que trocaram informações e opiniões, compartilharam casos pessoais, fizeram entrevistas, estudaram documentos legais e compuseram paródias. De fato, as colegas trabalharam juntas para ampliar suas compreensões acerca da realidade em que estavam inseridas, e então planejaram e executaram uma ação com vistas à transformação desta realidade.

Com Lopes Lima (2009), entendemos que a beleza desse processo na educomunicação resulta, também, do caráter horizontal da organização do trabalho pois

A educação que nesses momentos acontece é sinônimo de possibilidade de cada indivíduo se envolver nessa ação direta de fazer algo, de procurar suas próprias ideias e emoções a respeito dos temas que decidiram abordar. Como não há chefe nesse tipo de tarefa, o produto da comunicação assume sempre a feição daqueles que o idealizaram, confeccionaram e finalizaram. Educação aqui é sinônimo de criação (LOPES LIMA, 2009, p.90).

No nível das transformações individuais, um processo marcante foi vivenciado por Cida com suas colegas. Ela, que quase nada falava nos encontros do grupo, certo dia quebrou essa barreira, narrando sua história, de uma criação opressiva, que interferiu na sua disposição para interagir com as pessoas. O espaço oferecido pelo grupo, com a acolhida respeitosa das colegas e o constante estímulo ao diálogo, facilitou que ela aos poucos fosse se abrindo e colocando suas opiniões. Segundo Cida, foi a “convivência com as amigas” que proporcionou essa mudança. Flecha ajuda a compreender afirmando que

O diálogo igualitário derruba barreiras pessoais. Sair de casa e fazer suas próprias amizades, atrever-se a falar em público, sentir segurança em uma conversa familiar ou social sobre temas culturais, ou demonstrar que ainda está em tempo de fazer quase tudo, são algumas das novas aventuras que algumas pessoas começam a fazer aos vinte, cinquenta ou oitenta anos. Para abrir esses caminhos, não somente precisam vencer as interiorizações de discriminações sexistas, racistas e etaristas¹¹, como também superar timidez, complexos e inseguranças (FLECHA, 1997, p.27).

Assim percebemos que, na convivência, especialmente no ambiente criado pela proposta da educomunicação, de escuta e respeito à expressão de cada um, as mulheres se apoiam se fortalecem.

Considerações

Uma das contribuições desta pesquisa vem no sentido de identificar que o aumento da qualidade de vida conquistado pelas mulheres ao frequentar os programas para a terceira idade é de tal forma relevante, que elas sentem-se altamente motivadas a produzir comunicação sensibilizando outras pessoas idosas, que ainda não têm a mesma prática, a buscarem atividades nesses espaços.

Compreendemos que tal atitude é motivada por um sentimento de solidariedade para com as demais pessoas do grupo social ao qual elas pertencem. A palavra *solidariedade* vem do latim *solidus*, que significa *sólido, inteiro, firme*. “Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora”¹².

O gesto de produzir um vídeo em que pessoas idosas aparecem felizes e se integrando-se socialmente, insere a prática do grupo no esforço contemporâneo de positivação das imagens do envelhecimento, e relaciona-se ao esforço de inclusão social da população idosa: se os preconceitos justificam a discriminação no tratamento da pessoa idosa, torna-se fundamental desconstruí-los, para construir uma sociedade que seja para todos, para que a população idosa estabeleça novos espaços para si.

Os processos educativos identificados apontam a diversidade de aprendizados que podem decorrer de uma vivência em educomunicação como esta: aprendizados técnicos e de conteúdos; percepção e afirmação das capacidades individuais de fazer e criar, bem como do potencial do trabalho em grupo; aumento da compreensão sobre sua condição de mulher e idosa no contexto social em que estão inseridas; aumento da autoestima; aumento da compreensão sobre o papel da comunicação na perspectiva cidadã.

Tais resultados remetem à potencialidade da produção coletiva de comunicação como desencadeadora de processos educativos, na formação de sujeitos históricos (LOPES LIMA, 2009). Nesse sentido, esta pesquisa vem reafirmar a potencialidade transformadora da educomunicação como educação pelos meios de comunicação e contribuir para reflexões neste campo de conhecimento, acrescentando uma perspectiva pouco conhecida até o momento: o olhar de mulheres idosas na experiência da produção coletiva de comunicação.

Diante de tais reflexões, ressaltamos que a Educomunicação deve ser mais conhecida, praticada e apoiada entre os movimentos sociais, grupos culturais independentes, gestores públicos e outras instituições que almejam contribuir para tornar as relações humanas, mais humanas.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *Além dos meios e das mensagens: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. 10ª edição. Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. Brasília: Editora MS, 2003.
- CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos Avançados*. São Paulo. n. 49 p. 35-63, set./dez.2003.
- DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1999.
- FLECHA, Ramón. *Compartiendo palabras: El aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo*. Barcelona: Paidós, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Comunicação ou extensão?* 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GONÇALVES, Marta Kawamura. *Mulheres idosas ressignificam o envelhecimento: contribuições da educomunicação*. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

Submetido em 03/04/2016, aprovado em 08/06/2018.

Notas

¹ Vale dizer que a divisão da vida em etapas, assim como os termos utilizados para designar as pessoas idosas: velhos, idosos, terceira idade, melhor idade, são construções históricas que influenciam na experiência subjetiva da velhice. Neste artigo, assim como na pesquisa de mestrado em que está apoiado, adotamos o termo “idosa” ou “idoso”, por ser o tratamento que as participantes da pesquisa mais utilizaram para se remeterem ao seu grupo social.

² Segundo Censo mais recente, em, 2010 no Brasil a expectativa de vida de mulheres era de 77 anos, enquanto a dos homens, 69 anos. (IBGE, 2010)

³ A pesquisa que gerou este artigo é apresentada integralmente na dissertação “Mulheres idosas ressignificam o envelhecimento – Contribuições da Educomunicação”, de Marta Kawamura Gonçalves, orientada por Aida Victoria Montrone, pelo PPGE- UFSCar.

⁴ As participantes autorizaram a divulgação de seus nomes verdadeiros, oficializando esta opção perante assinatura do termo de compromisso. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, parecer nº 062/2012.

⁵ Produzido pela TV Pelourinho, exibido no quadro Outro Olhar, do programa Repórter Brasil do canal público TV Brasil.

⁶ Os vídeos produzidos pelo grupo estão disponíveis em www.youtube.com/EducomSC.

⁷ A 3ª Mostra de Vídeo Popular de São Carlos, que entre 01 e 05 de outubro de 2012 exibiu sete vídeos selecionados, em nove sessões gratuitas realizadas em espaços públicos. “Calçadas para todos?” foi o mais votado pelo Júri Popular da mostra, ao lado de “E aí, Jorge?”. Programação disponível em <http://www.mostradevideopopular3.blogspot.com.br/>

⁸ Trata-se aqui do conceito de comunicação direta, ou pessoal. Diferente da comunicação mediada à qual nos referimos ao abordar a prática do grupo, a comunicação audiovisual.

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ À época da escrita de *Pedagogia do Oprimido*, Freire utilizava a linguagem machista tal qual lhe foi ensinado na escola: Quando dizia “homem”, falava do ser humano e a mulher estaria ocultamente implícita. Tal regra, carregada de ideologia, exclui as mulheres dos processos históricos. O autor retratou-se em *Pedagogia da Esperança*, publicado em 1992.

¹¹ O autor utiliza o termo “edista”, que em espanhol, está relacionado a preconceitos pela idade. Em português brasileiro temos o termo “etarismo”, para designar especificamente este preconceito, embora não seja muito utilizado. Embora o preconceito exista, não pronunciamos seu nome.

¹² <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php> consulta em 19/01/2013.